



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Salão Nobre de Melgaço

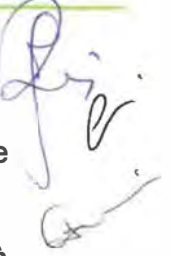
Sessão Ordinária nº 10
de 30 - 06 - 2023

| Mesa da Assembleia Municipal | | |
|--|---------------|-----|
| Nome do Membro | Cargo | P/F |
| Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves | Presidente | P |
| Catarina Aurora Rodrigues Mira | 1º Secretário | P |
| António José Gomes Nabeiro | 2º Secretário | P |

| Membros Eleitos | P/F | Presidentes de Juntas de Freguesia | P/F |
|------------------------------------|-----|------------------------------------|-----|
| José Albano Esteves Domingues | P | Diogo Domingues Ribeiro F. Castro | P |
| Manuel Luís Domingues Gonçalves | P | José Carlos Gonçalves | F |
| Pedro João Mendes de Sousa e Silva | P | David Manuel Barbeitos | P |
| Márcio António Silva Alves a) | P | José Augusto Bravo f) | P |
| Sónia Andreia Alves Durães b) | P | Agostinho Alves | P |
| Maria das Dores Vaz Fernandes c) | P | Amado Dias | P |
| António Manuel Domingues | P | Filomena Reis g) | P |
| Manuel José Cardoso Rodrigues | P | Manuel Fernando Esteves h) | P |
| Vítor Sílvio Cardadeiro | P | Alfredo Domingues | P |
| José Manuel Alves da Costa d) | P | Amadeu Esteves | P |
| Alexandra Cláudia de Sousa Táboas | P | Ricardo Jorge Alves | P |
| Maria Aurora Soares Alves | P | José de Jesus Domingues i) | P |
| Tiago José Baleixo Lourenço | P | José Manuel Fernandes j) | P |
| Augusto Manuel de Oliveira Pinto | P | | |
| Fernanda Catarina P.Barbosa | P | | |
| Manuel António Almeida | P | | |
| João Francisco Gonçalves e) | P | | |
| Ariana Andreia Rodrigues Fernandes | P | | |

P-Presença F-Falta

- a) Substitui Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues
- b) Substitui Vítor Jorge Castro Rodrigues
- c) Substitui Maria José Rodrigues Dias
- d) Substitui Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues
- e) Substitui Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima
- f) Substitui Joaquim Silva
- g) Substitui Edgar Fernando Barreiros Rodrigues
- h) Substitui José da Ascensão Afonso
- i) Substitui Maximiano José Calheiros Gonçalves
- j) Substitui Manuel Fernando Teixeira Pereira



Quando eram dezoito horas e trinta minutos, do dia trinta de junho de dois mil e vinte e três, deu-se início à sessão.

Após cumprimentar os presentes, a Presidente da Mesa concedeu a palavra à primeira secretária para proceder à chamada. De seguida, a Presidente da Assembleia propôs ao plenário quatro votos de pesar pelo falecimento recente dos Senhores Jorge Manuel Salgado Soares, Ismael Fernandes Pires, Manuel Alves Novo e António Jorge Simões Dantas. A proposta foi aprovada por unanimidade guardando-se um minuto de silêncio pelas pessoas a homenagear. Posteriormente, a Mesa fará chegar essa homenagem aos familiares dos referidos cidadãos.

Seguiu-se uma apresentação, de uma revisão do diagnóstico, plano e desenvolvimento social e também a apresentação da carta social municipal, pela doutora Fernanda Rodrigues. Antes da referida apresentação, o Presidente do Município, após cumprimentar toda a Assembleia, assim como à doutora Fernanda Rodrigues, apresentou-a como uma das pessoas com mais conhecimentos e referências na área social no país. A doutora já havia participado num projeto com a CIM Alto Minho em anos anteriores, que consequentemente permitiu a todos os municípios do alto Minho fazer a revisitação dos seus documentos estruturantes na área social e seu plano de desenvolvimento. Com o financiamento do Norte 2020, foi possível que a doutora Fernanda Rodrigues acompanhasse a revisão de documentos fundamentais para o município, como são a ação social, o plano de desenvolvimento social e a carta social, que apresentou na Assembleia. Terminada a apresentação, a Presidente da Mesa agradeceu mais uma vez a presença da especialista na área social.

| | |
|---------------------|---|
| Assunto n.º1 | Período de “Antes da Ordem do Dia” |
|---------------------|---|

A senhora Presidente da Mesa procedeu às inscrições para o período antes da ordem do dia. Inscreveram-se os deputados: José Albano Domingues, António Domingues, Tiago Lourenço, Manuel António Almeida, Vítor Cardadeiro, Aurora Soares, Manuel Rodrigues, Manuel Luís Gonçalves, Diogo Castro e Augusto Pinto.

Iniciou a sua intervenção o deputado António Domingues, cumprimentando todos os elementos da Assembleia. Como Veterano de Guerra, agradeceu em seu nome e de todos os veteranos naturais e residentes em Melgaço, a todos os



representantes eleitos neste concelho por essa justa homenagem. Foi enorme a gratidão que sentiram pela homenagem promovida pela Câmara Municipal a todos os melgacenses intervenientes nesta guerra, que por imposição, combateram nas antigas províncias ultramarinas e que voltaram atormentados e com tantos traumas, sentindo-se, por vezes, uma geração esquecida.

Em seguida, a Presidente da Mesa, deu a palavra ao deputado Tiago Lourenço que, após cumprimentar a Assembleia iniciou a sua intervenção relativa à área desportiva municipal, destacando alguns atletas que estariam “a dar cartas” em diferentes modalidades. No ciclismo parabenizou o atleta Roberto Soares, da equipa Bombos de S. Sebastião, pela liderança da Taça de Portugal de BTT na sua categoria. Também referiu a atleta Rosa Marques por discutir atualmente o título de campeã da Taça de Portugal. Na dança, a escola Melgaço Dance Center, que disputará o título de Campeão Europeu, estando também apurada para o Campeonato do Mundo de Dança. Na patinagem, o Melgaço em Patins, orgulhoso de levar dois atletas à competição regional, tendo um deles sido apurado para o campeonato nacional, na categoria de Benjamin e a competir no dia em que decorre esta Assembleia. Terminou, destacando alguns feitos do Sport Clube Melgacense: a equipa sénior sagrou-se campeã distrital da 2.ª divisão e congratulou a equipa técnica e os jogadores por esse feito; os bons resultados alcançados pelas equipas de formação, realçando a importância do desporto como contexto de aprendizagem e ensino de competências para a vida; destacou também a equipa feminina sub-15 que ficou em segundo lugar no campeonato distrital, em igualdade pontual com o primeiro classificado, apurando-se para a Taça de Portugal, e que no dia anterior a esta Assembleia, disputou a final da Taça distrital, tendo apenas sido derrotada nas grandes penalidades. Terminou dizendo que esperava que o associativismo em Melgaço pudesse continuar a contar com o total apoio do Município, pois contribuía ativamente para a dinamização do tecido social, sendo um importante fator de transformação e inovação.

O deputado António Almeida cumprimentou a Assembleia. Usou da palavra para falar de alguns equipamentos que na anterior semana foram inaugurados, nomeadamente a rede de trilhos do Rio Mouro, que abrange as freguesias de Couso, Parada e Gave, numa extensão de dezoito quilómetros e quatrocentos metros. No total, são cento e oitenta quilómetros o que permite à população ser mais saudável praticando algum desporto. Há equipamentos, estruturas e condições para que isso



aconteça. O senhor Deputado mencionou ainda os melhoramentos realizados ao Castelo de Castro Laboreiro, nomeadamente na sinalética e na remoção de alguns obstáculos existentes e, na colocação de proteções, permitindo assim que mais pessoas com algumas dificuldades se sintam em segurança. É um monumento nacional, com uma paisagem linda que vale muito a pena visitar. Por último referiu os melhoramentos realizados na Zona de Lazer das Veigas. O edifício, a área envolvente e com ótimas condições para dar todo o apoio aos visitantes que utilizam os trilhos, nomeadamente na casa florestal que foi requalificada, com alojamento para duas pessoas e com todas as condições criadas para esse efeito. Terminou pedindo ao senhor Presidente da Câmara que, é bom, mas querem mais e melhor.

Foi dado o uso da palavra ao deputado Manuel Rodrigues. Cumprimentou os presentes e parabenizou o Sport Clube Melgacense pelo título de Campeão Distrital da segunda divisão distrital. Foi merecido, pois trabalharam muito para alcançar esse objetivo. Sendo umas das maiores e mais antigas coletividades do concelho, tem pena de que os sócios não se mobilizem, pois decorreu um ato eleitoral e não se conseguiu constituir uma direção. O senhor deputado pediu ao senhor Presidente da autarquia, que como tem feito até à data, continue a apoiar, e que a comissão administrativa que ficou leve o Clube a bom porto. Parabenizou também a população de Alvaredo e a Comissão de Festas dessa freguesia, pelas festas do S. João, porque se mobilizaram, e que serve também de inspiração para o município. Deve-se, segundo o deputado, tentar junto das associações, coletividades, juntas de freguesia, que se associem às festas do concelho, de modo a divulgar a cultura do município e suas tradições. Outro dos pontos referidos pelo senhor deputado foi o acabamento das obras da escola da vila. Parabenizou o senhor Presidente pela conclusão desses trabalhos que juntamente com o vereador Manuel Fernandes, há onze anos, também tinha apresentado essa proposta, que seria a de albergar os serviços do município. Outro assunto foi a insegurança, face aos últimos acontecimentos ocorridos na Vila. Referiu que na carta social foi referido que Melgaço é um concelho seguro. Também concordou, embora nos últimos tempos tenham acontecido episódios que merecem mais atenção, talvez tentar junto das autoridades que houvesse mais patrulhamento para tentar minimizar essas situações.

Em seguida a Presidente da Mesa, deu a palavra ao senhor deputado Vítor Cardadeiro que iniciou a sua intervenção cumprimentando toda a Assembleia. Referiu



que, após a sua última intervenção sobre a Festa do Alvarinho, o senhor Presidente da Câmara respondeu que a Festa estava programada e que iriam continuar com o conceito, a qualidade e a diferenciação que a caracteriza, relativamente à Feira do Alvarinho de Monção. O que o senhor deputado constatou na Festa, é que tinha de facto havido uma evolução, mais investimento, a melhor Festa do Alvarinho de sempre, segundo ele. Disse que acompanharam e chegaram a um conceito mais próximo do que se estava a passar na Feira de Monção, consequência da procura das próprias feiras e da tendência das gerações. Entende que deve existir uma adaptação para tentar aproveitar essas novas tendências. Sobre a Feira do Alvarinho, que decorreu nesse fim de semana, em Monção, disse que é positivo refletir também sobre ela. Como melgacense e como interveniente também no negócio do Vinho Alvarinho, o que o senhor deputado tem constatado ao longo dos anos é que Monção não tinha uma Feira ao nível do produto que promovia, e Melgaço, sempre teve. Deixou também uma nota relativa à situação da Câmara de Monção, que este ano exigiu os selos de Monção e Melgaço em todos os produtos da Feira. Devem ter capacidade de manter o nível, e como produtor, saúda que um organismo público o tivesse feito, e que esperava que a Câmara de Melgaço também fizesse essa exigência nos próximos eventos. Deixou a sugestão ao Presidente do município, de que, já na próxima festa do Espumante, só selos Monção e Melgaço estivessem presentes. Como conclusão e reflexão disse que os nossos vizinhos não sabiam fazer, não faziam bem e, atualmente, elevaram o patamar de exigência relativamente à Festa do Alvarinho de Melgaço. Apesar do burburinho por parte de alguns produtores, relativamente a essa decisão da Câmara de Monção, o senhor Deputado entende que à semelhança de alguns anos atrás, em que a Comissão de Viticultura deixou de aceitar o selo com a marca Alvarinho a quem tinha mais do que um determinado grau de álcool, os produtores encetaram uma luta, junto dessa entidade, para conseguirem que respeitassem a qualidade dos vinhos e que pudessem ser bons Alvarinhos. A Câmara de Monção entendeu que deveria haver nova "luta" com a Comissão e provar tecnicamente se, por exemplo, os espumantes com 6 meses de estágio já estarão a um nível de qualidade para poderem estar no mercado dos produtos da sub-região. Defendeu que os técnicos, tinham que, junto da Comissão, fazer valer essa posição.


Deixou também uma nota de que, teve conhecimento que o Vitória de Guimarães não viria estagiar este ano para Melgaço porque o Hotel Monte de Prado

não aceitara o nutricionista e o cozinheiro do Clube. Questionou se o município teria conhecimento dessa situação, porque se isso realmente aconteceu é triste, e deveriam sensibilizar o Hotel Monte de Prado, porque é muito importante para o Centro de Estágios e para o concelho a promoção que traria a vinda dessa equipa.

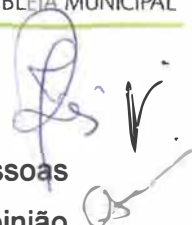
Congratulou também, quem retirou o cartaz localizado na Zona Industrial de Monção, que anunciava a Zona Empresarial de Melgaço. Não lhe pareceu correto, fazerem essa publicidade na Zona Industrial do concelho do lado.

Terminou, referindo a questão das Termas do Peso. Vendo nas notícias que em todo o mundo há 1,300 milhões de diabéticos, é com tristeza, disse, que observa que continua a não se fazer nada pelas termas do Peso, local indicado pelas suas conhecidas características e terapêuticas, para tratar esse flagelo. Passam os anos, e não se faz nada para resolver os problemas há muito diagnosticados.

A deputada Aurora Soares começou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Referiu algumas considerações sobre a Festa do Alvarinho 2023, de acordo com o feedback que o grupo parlamentar do PSD obteve da população. De uma forma geral a Festa do Alvarinho corre sempre bem e este ano não foi exceção, tendo-se conseguido concretizar os objetivos propostos: um maior número de visitantes e um aumento das vendas de produtos locais. Congratulam-se com isso, pois, segundo a senhora deputada, o objetivo é comum a todos. Este ano a Festa teve um novo formato e uma nova organização dos stands de venda tal como o palco para os concertos dentro da tenda, a restauração numa outra tenda, mas com entrada pela tenda do alvarinho; os stands organizados conforme os produtos, cada uns em seu local da tenda e um prolongamento do horário noturno. O S. Pedro deu uma preciosa ajuda, pois esteve um tempo maravilhoso, como já não se lembrava de estar noutros anos. Resta-lhes a dúvida se o sucesso da festa se ficou a dever ao bom tempo ou ao novo formato, mas, isso pouco importa, o que importa é que correu bem. O concerto do Zé Amaro no domingo à tarde chamou muitos visitantes, foi uma aposta ganha e permitiu que as pessoas de mais idade, com dificuldades para assistirem aos concertos noturnos, pudessem assistir ao concerto de um cantor que gostam. É claro que nunca se consegue agradar a gregos e a troianos. Para os jovens, esta terá sido a melhor festa de sempre, o que se notou pela maior permanência dos mesmos dentro da tenda, pelos comentários que se ouviam na rua e, também, de um grupo de dez jovens que a senhora deputada albergou em sua casa, oriundos de vários concelhos

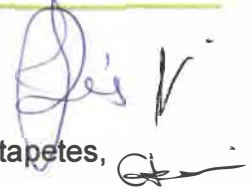


do norte, que vieram a Melgaço pela primeira vez, e ficaram fãs, não só da Festa, mas também da beleza da terra, e, ficaram com intenções de voltar, não só para a Festa, mas também para visitarem Melgaço. Nessa faixa etária os DJ's resultam sempre muito bem. Alguns dos menos jovens, tanto melgacenses como visitantes, teceram algumas críticas ao novo formato da festa, entre as quais que se perdeu a essência do que era a Festa do Alvarinho "uma festa popular, um reencontro entre amigos, as conversas em grupo, enquanto degustavam os produtos locais". Este ano o barulho da música dentro da tenda, dificultou esse tipo de convívios, o que os desagradou. Houve críticas por parte dos grupos de concertinas e bombos, que foram impedidos, pelo menos à noite, de entrarem na tenda tendo-se deslocado a Melgaço com esse propósito. Valeu-lhes o bom tempo para poderem fazer umas atuações fora da tenda. Uma outra crítica que se ouviu muito, foi o facto de os stands do fumeiro estarem distantes dos do alvarinho, porque dada a quantidade de gente, era difícil deslocarem-se de um local para o outro para poderem acompanhar o alvarinho com o habitual pratinho de fumeiro, broa ou outras iguarias. Ouviam-se visitantes na rua e cafés a dizer que se continuar com este formato, não voltarão. Mas críticas, como é obvio, haverá sempre, é preciso repensar e corrigir aquilo que for possível, de forma a tentar agradar a um maior número de pessoas. E deixou algumas sugestões: intercalar os stands de alvarinho, fumeiro e broa, de forma a facilitar o acesso aos mesmos; adaptar os horários da música dentro da tenda, iniciando os concertos um pouco mais tarde (em vez de ser às 22 h, iniciarem à meia noite, por exemplo) e até essa hora permitir os habituais convívios, as concertinas e bombos, deixando as pessoas que gostam desse tipo de formato mais satisfeitas e a partir dessa hora agradar aos que gostam dos concertos dos Dj's. Outra reclamação das pessoas teve a ver com a ocupação do espaço exterior ao Bar Alameda, com uma tenda própria, que impedia a circulação das pessoas pela alameda Inês Negra, já que a única hipótese de circularem por aquele local e apreciarem a beleza da muralha, seria passarem pelo interior da tenda, o que, com a confusão de pessoas no interior se tornou complicado. Uma outra reclamação chegou aos senhores deputados do PSD por parte da vizinhança do Bar da Alameda, que esteve com música até de manhã, impedindo o descanso das pessoas. Compreendem que são noites de festa, que a juventude goste de festa até à hora do pequeno-almoço, porém o direito à diversão não poderá sobrepor-se ao direito ao descanso da vizinhança, principalmente porque o barulho é próximo da



Unidade de Cuidados Continuados de Melgaço, onde os residentes são pessoas idosas, ou com graves problemas de saúde. Assim, a senhora deputada é da opinião de que deveriam tentar conciliar-se estes dois direitos em colisão (direito à diversão e o direito ao descanso), de forma a poder-se encontrar um meio termo satisfatório, ou limitando o horário de encerramento do bar, ou deslocando a diversão para outro local mais afastado das áreas residenciais. Desejam, sempre, que a festa corra da melhor forma possível, de forma a atrair e agradar ao maior número de pessoas possível. Parabenizou a organização das marchas de S. João e as marchas participantes: Casa do Povo de Melgaço e Noites Gaiteiras. Estiveram ambas muito bem, tanto a nível de vestuários como nas suas atuações. Só lamentou a impossibilidade da marcha dos meninos da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço não ter estado presente, por motivos de saúde. É mais um evento a que já se habituaram e só é pena não haver mais participantes, embora saibam que é muito difícil organizar uma marcha, conseguir arranjar coreógrafo e quem faça as roupas. São eventos que contribuem para dinamizar a vila. Louvou também, os investimentos que têm sido feitos nas freguesias de montanha, mas lembrou que nas freguesias mais ribeirinhas também há muitos locais lindos e com grandes potencialidades e que essas freguesias também são merecedoras disso. Concluiu dizendo que é preciso dinamizar a Vila, porque está morta.

Terminada a intervenção da deputada Aurora, a senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado Diogo Castro. Após cumprimentar todos os presentes, começou por fala na grande festa do concelho: a Festa do Alvarinho e do Fumeiro. Todos deveriam estar orgulhosos por terem uma Festa dessa dimensão no concelho. Este ano houve uma evolução, e a seu ver o caminho é esse. Deve haver adaptação, modernização, criar condições para receber desde o público mais jovem ao menos jovem. Parabenizou o executivo e a organização por esta grande Festa. Falou também de outras festas que se foram realizando no concelho: Sr.^a da Orada e a primeira Festa dos Pescadores em Alvaredo, que reuniu cerca de 50 pessoas vindas de Melgaço, Monção e Galiza. Pertencendo a essa associação, foi uma honra para o senhor Deputado poder recebê-los na sua freguesia de Alvaredo, e acompanhá-los numa visita às pesqueiras do rio Minho. Deram a degustar o produto estrela, que é a lampreia, no parque de merendas da mesma freguesia. Acredita que nos próximos anos, será uma festa que ganhará outra dimensão, com a possibilidade de a alargar

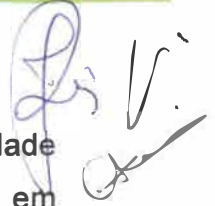


à restante população. Referiu também a excelente organização da noite dos tapetes, na Vila, e lançou o desafio aos seus colegas presidentes de junta e outras coletividades de, no próximo ano, também participarem com as suas populações, dando outra dimensão a esse evento. Por último, falou na festa da sua freguesia, o S. João. Desde há uns anos a esta parte é uma festa que tem evoluído e parabenizou a organização e os anterior colaboradores pelo trabalho que têm vindo a desenvolver e agradeceu a todas as pessoas que por lá passaram. É um bom exemplo para as freguesias e para a sua dinamização pois fizeram-se torneios de sueca, houve a atuação de vários grupos de Melgaço, participaram no cortejo etnográfico, levaram os alunos escola de Melgaço Dance Center a atuar, promoveram um concurso de quadras junto do Agrupamento de Escolas, sobre o S. João (atribuíram prémios, que foram entregues no dia da festa aos meninos vencedores), organizaram um passeio com mais de 100 motos, em parceria com a Associação A Batela, também fizeram uma concentração de 40 tratores que passearam pelo concelho. Terminou reiterando que estavam todos de parabéns, pois é uma festa que envolve muita gente, não só da freguesia de Alvaredo, mas de todo o concelho, e, com tendência para crescer.


Após a intervenção do Deputado Diogo Castro, foi concedida a palavra ao Deputado Augusto Pinto. Iniciou cumprimentando a Assembleia, e lançou aos presentes o desafio de se deslocarem à freguesia situada mais a norte de Portugal, para verem as letras colocadas na entrada de Cristóval, que a seu ver, ficaram muito bonitas, e deixou um elogio ao senhor Presidente da Junta e a esse trabalho executado. Contudo, e dadas as dificuldades financeiras que as juntas de freguesia apresentam, questionou o senhor Presidente do município se a câmara municipal participou no custo e se poderia dizer qual foi o valor total da obra, que reiterou, está perfeita. Outra questão que deixou o senhor Deputado, foi se havia alguma notícia sobre o processo complexo e as implicações que a APA pôs à câmara sobre o processo do espelho de água, em Castro Laboreiro.

No uso da palavra que lhe foi concedida o senhor deputado José Albano Esteves Domingues iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos à Mesa da Assembleia, na pessoa da senhora Presidente, ao Presidente da Câmara e Vereadores, às senhoras e senhores Deputados e ao público presente.


Referiu ter dois assuntos que no período de antes da ordem do dia gostaria de abordar, um deles relacionado com a época do ano que nos encontramos a



atravessar, num território cuja fertilidade das terras é conhecida, e com a necessidade de tratar do corte e limpeza da vegetação nas vias municipais em geral, mas, em particular, até pelas referências que a este propósito tem sido feitas nas redes sociais, à estrada que já foi nacional e hoje é municipal, a ligar a Vila de Melgaço ao lugar de São Gregório, na freguesia de Cristóval, e tal porquanto existem espaços em que a vegetação já avança sobre a plataforma da via, ocupando as bermas destinadas aos peões e podendo fazer perigar quem por ali transite ou tenha necessidade de ocupar, por razões de segurança, esses espaços adjacentes à via. Num segundo ponto, que informou ser mais alongado, o senhor deputado fez uma abordagem ao setor social. A este propósito adiantou ter tido a oportunidade de em data recente visitar as instalações da Associação Social e Cultural Dona Paterna, situada, como todos sabem, na rua com o mesmo nome (Dona Paterna), no lugar de Além e freguesia de Paderne. Realçou existirem vários deputados nesta Assembleia que, por serem naturais de Paderne, conheceriam mais de perto a realidade de tal Instituição, incluindo os líderes das duas bancadas dos partidos com assento na Assembleia, nos quais se inclui, mas também o senhor presidente da Junta de Freguesia de Paderne, e os deputados Vítor Cardadeiro, Maria José Rodrigues Dias e Victor Jorge Rodrigues. Vincou que todos os presentes já teriam certamente ouvido falar da valência Lar, também conhecido por “Lar do Pinho”, referindo que pretendia começar a sua intervenção precisamente por aí, vincando que independentemente de quem tenha sido o timoneiro, o autor do projeto, e de quem esteve à frente da sua execução, o Lar não é do Pinho, é da Associação, dos seus associados e utentes, dos membros dos órgãos sociais, dos colaboradores e da população em geral. Adiantou, seguidamente, ter constatado, aquando da visita que aí efetuou, duas realidades bem distintas, uma positiva, traduzida na organização, no empenho que os membros dos órgãos sociais dedicam à causa, na cuidada arrumação, limpeza e higienização dos espaços, na excelência da equipa de trabalho, mas, acima de tudo, na forma carinhosa, atenta, personalizada, afetuosa, e humana, como os utentes são tratados, e uma outra, negativa, que passa pelos problemas infraestruturais das instalações, designadamente com infiltrações de águas pluviais e humidades nalguns pontos do edifício e na degradação que tal lhe vem acarretando. O senhor deputado vincou, depois, a importância do setor social no contexto nacional, onde se afirma como um dos motores económicos do país, onde pontificam mais de 55.000 instituições, e onde,

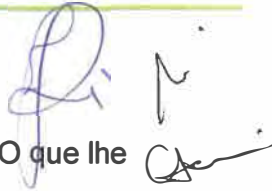


de acordo com dados publicados em 2016, representava já cerca de 4% do Produto Interno Bruto, empregando cerca de 260.000 trabalhadores e significando 6% do emprego remunerado em Portugal. Referiu, de seguida, que cerca de 40% das IPSS, registam graves desequilíbrios ao nível financeiro e da sua sustentabilidade, revelando-se deficitárias, com as receitas a não cobrirem as despesas, mas afirmando que esta é apenas uma parte da equação, não nos podendo esquecer do papel essencialíssimo que tais instituições desempenham na sociedade, acolhendo, abrigo e protegendo os mais necessitados e fragilizados, desde os mais pequenos aos mais idosos, desde os economicamente mais favorecidos até aos mais desfavorecidos. Sublinhou, também, que Portugal é um dos países mais envelhecidos no mundo, sendo nós o terceiro país da União Europeia com a população mais envelhecida, realidade tão mais preocupante se falarmos no concreto caso de Melgaço. O deputado José Abano Domingues particularizou, depois, o caso da Associação Dona Paterna, que passa por grandes dificuldades e para cuja sustentabilidade financeira tem premente necessidade de ampliar o número de camas, realçando que pela razão de ter dívidas à segurança social e à Autoridade Tributária nem sequer pode concorrer a fundos exteriores para fazer obra, e que não tendo poupanças ou fundo de maneio a única forma de se poder financiar é junto da banca, só que a banca pede garantias e para dar garantias é necessário património. Acrescentou ter-lhe sido reportado pelos corpos sociais que a Associação Dona Paterna já endereçou vários pedidos ao Executivo camarário de Melgaço no sentido de lhe ser transmitida a propriedade do edifício da antiga Escola Primária de Além, com o que poderia tal edifício ser dado em garantia, e, bem assim, que a escritura translativa dessa propriedade teria já estado agendada no ano de 2020, tendo sido desmarcada com o argumento de que pendia junto do Juízo de Competência Genérica de Melgaço uma ação visando destituir os membros dos órgãos sociais da Associação, ação essa que acabou por ser julgada totalmente improcedente mas sem que até hoje a transmissão voltasse a ser reagendada. Referiu ainda o senhor deputado que, segundo lhe foi comunicado, o executivo municipal tinha colocado como condição da transmissão o pagamento, pela Associação, do montante de 268.00000 €uros, dinheiro que o senhor Presidente da Câmara sabe bem que a Dona Paterna não tem, não se podendo esquecer que se o edifício hoje vale alguma coisa tal se deve à requalificação ou reabilitação que a Associação nele introduziu, aí tendo



investido cerca de 550.000,00 Euros, intervenção sem a qual estaríamos certamente a falar de mais um edifício em ruínas, como estão tantos outros de antigas escolas primárias no concelho. Acrescentou que a Dona Paterna se sente, por isso, discriminada, e objeto de um tratamento desigual, atendendo a que a Câmara Municipal de Melgaço já transmitiu, e por doação (se não fosse assim o senhor Presidente da Câmara que o desmentisse), similares edifícios a favor de instituições de idêntica natureza, como é o caso da antiga escola primária de Chaviães, a favor do Centro Social e Paroquial de Chaviães, e da antiga escola primária de Parada do Monte, a favor do CISAM. O deputado deixou claro não estarem contra essas transmissões, muito pelo contrário, uma vez que são estritamente necessárias para os fins e a atividade dessas instituições, de propósitos tão socialmente úteis e nobres, estando antes, se fosse o caso, e não querendo acreditar que o seja, contra qualquer tipo de tratamento que se mostre desigual ou discriminatório, questionando o senhor Presidente da Câmara, se for o caso, acerca do porquê, e lembrando que acaso haja alguma guerra pessoal, ou política, com algum membro dos órgãos sociais, como por aí se fala que poderá ser o caso, dessa guerra se deixe de fora a Associação propriamente dita, os membros dos corpos sociais, os utentes, os colaboradores, os Padernenses, e os Melgacenses em geral. A finalizar afirmou não pretender alongar-se nas causas que determinaram que a Associação não tivesse sido admitida a participar na última Feira do Alvarinho e dos produtos locais, onde participou ao longo de muitos anos, o que lhe possibilitaria a obtenção de algumas receitas acrescidas e tão necessárias para a prossecução dos seus fins, ou pronunciar-se acerca da validade dos argumentos apresentados para essa recusa, mas que o Executivo PS teria de assumir se as suas prioridades passam, ou não, por apoiar estas instituições e o terceiro setor ou setor social, designadamente as crianças, os idosos e os desprotegidos, se tudo tem feito para que tal aconteça, e se está disposta a assumir o ónus de, por falta de adequados apoios, perante as graves dificuldades pelas quais a Associação Dona Paterna passa, fazendo perigar a sua existência, irá deixar cair uma entidade, e uma valência, onde qualquer um dos presentes poderia ter de acabar os seus dias, e cujo mérito e o trabalho desenvolvido são por demais evidentes.

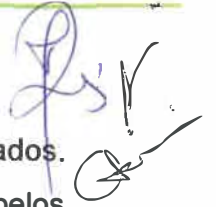
A última intervenção antes da ordem do dia, foi do deputado Manuel Luís Gonçalves. Iniciou cumprimentando todos os presentes na Assembleia. Fez referência à apresentação da Dr.^a Fernanda Rodrigues, sobre o diagnóstico social do concelho



de Melgaço, tocando nos principais indicadores socioeconómicos da região. O que lhe ressaltou dessa apresentação foram, sobretudo, os indicadores que refletem o combate a temas recorrentes como sejam a desertificação, o envelhecimento da população em Melgaço, a que corresponde uma consequência em termos económicos, nomeadamente com manutenção de postos de trabalho, uma descida acentuada do desemprego e até o próprio vínculo de contrato de trabalho. Deixou uma segunda nota para registar que a instalação de duas torres de telecomunicações, que aconteceram no passado 31 de maio, nos lugares do Ribeiro de Cima e Ribeiro de Baixo, em Castro Laboreiro, conduzido pela câmara municipal juntamente com a Junta de Freguesia e com a Altice. Hoje em dia as telecomunicações representam um papel fundamental na nossa sociedade. Há necessidade de estar em contacto permanente e muitas vezes, nas zonas mais rurais, há essa dificuldade em alcançar a cobertura adequada. Felizmente que a instalação dessas duas torres de telecomunicações avançou, e traz, desde logo, uma cobertura mais robusta, que permite aos cidadãos e à população local aceder a todo um conjunto de internet, redes sociais, notícias.... É de registar essa intervenção, pelo facto de poder ligar essa ocorrência a situações de emergência, como sejam os incêndios florestais, acidentes ou desastres naturais, e o reforço através dessas torres ajudou a esse combate. A inclusão social também é importante nesse tipo de situações porque permite acesso a todos, a uma maior cobertura da rede, e Castro Laboreiro, tendo uma procura muito grande, não só de turismo, mas também de investimento, torna-se mais atrativa. Terminou a sua intervenção, parabenizando o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvaredo, pela magnífica e bem organizada festa, por altura do S. João, em Alvaredo, a que teve oportunidade de assistir.

Terminados os pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às questões dos senhores Deputados.

O senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção falando da homenagem que o Deputado António Domingues fez aos antigos combatentes na guerra do ultramar. Foi um privilégio enquanto Presidente de Câmara poder atender a essa exigência, da parte dos antigos combatentes e poder construir essa homenagem. Homenagem realizada no 25 de abril, que contou com uma sessão solene no Salão Nobre e atribuindo títulos honoríficos àqueles que



faleceram nessa mesma luta, para a qual não foram propriamente convidados. Passou-se depois para a inauguração de uma escultura, consensualizada pelos antigos combatentes, e que qualificou o espaço urbano, definindo o trabalho notável destes heróis pela pátria, que tiveram o mérito de defender os portugueses e dar corpo aquilo que era a política na altura e a defesa da nação. Essa escultura que não só tem a componente física, articula bem aquilo que é exigido atualmente, que é a componente digital através de um “Qr code” que permite que se faça a leitura da informação acerca dos antigos combatentes, que vai sendo atualizada pelos serviços ligados ao arquivo municipal. Foi um momento emotivo, com a presença de muita gente, destacando a presença do Padre Manuel Domingues, ilustre melgacense que participou na guerra enquanto capelão.

O Deputado Tiago Lourenço, falou dos sucessos desportivos das várias organizações que o município tem e o Presidente quis deixar também o testemunho de reconhecimento a todos aqueles que nas várias áreas desportivas têm feito um trabalho extraordinário. Um trabalho que ajuda a colocar e a representar Melgaço ao mais alto nível e que, simultaneamente, ajuda ao crescimento dos mais jovens, destacando o título merecido, do Sport Clube Melgacense, como campeão.

O Deputado Almeida fez referências aos investimentos que se têm feito na área do turismo, nomeadamente, o fecho da rede municipal de trilhos, com cerca de 180km, que abrange o território desde o rio Minho até ao planalto de Castro Laboreiro. Também destacou o acesso ao Castelo de Castro Laboreiro, com financiamento do fundo ambiental, que hoje é mais fácil, confortável e seguro a quem queira subir ao ponto mais alto, disfrutando de uma paisagem única. Também a zona das Veigas foi intervencionada, com 12 quartos e uma grande capacidade de acolhimento. Lançarão brevemente o concurso público para que seja feita a concessão desse equipamento, que foi recentemente inaugurado.

O Deputado Manuel Rodrigues falou também da festa de Alvaredo, e o senhor Presidente felicitou Alvaredo e as suas gentes pelo trabalho dedicado e pela a sua capacidade de bem acolher.

O Deputado Vítor Cardadeiro falou da Festa do Alvarinho. É bom ver a Festa a crescer. Começou pequenina, e que está agora na 29.^a edição. Foi evoluindo e foram arranjanado parceiros para a promover e melhorar ainda mais. Retomaram, em 2022, após a pandemia, com enorme sucesso, e este ano realizaram uma afinação do

conceito, sem imitar ninguém, e que resultou muito positiva. O bom tempo e um fim de semana prolongado também ajudaram para que fosse visitada por muita gente, vinda de todo o lado do país e também do estrangeiro. O fundamental neste percurso de sucesso são os produtores e a qualidade dos vinhos e fumeiro melgacenses, e é para continuar com esse foco.

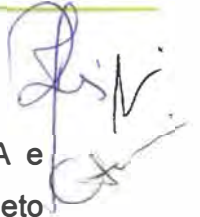
A questão dos diabéticos é a responsabilidade de muitos fatores, nomeadamente a Coca – Cola. As termas podem ajudar, mas não resolvem o problema. O objetivo é que as termas tenham um percurso positivo, e estão a trabalhar nesse sentido. A questão energética é um grande problema desde o início, mas estão a trabalhar com os parceiros no sentido de permitirem uma maior sustentabilidade.

A Deputada Aurora Soares falou, entre outros assuntos, do barulho do bar da Alameda na Festa do Alvarinho. Há momentos, referiu o senhor Presidente, em que esse aspeto é inevitável para que a Festa continue, com as devidas autorizações para que isso aconteça. A Festa do Alvarinho fez com que o Bar da Alameda tenha uma oferta complementar aquilo que é a festa, e leva a que um grande grupo de pessoas, sobretudo jovens, fiquem a divertir-se até mais tarde, o que é normal nesses dias.

As marchas de S. João, decorreram com apenas 2 marchas, porque a Santa Casa da Misericórdia teve vários miúdos com varicela e tiveram que cancelar. Correu muito bem e o ideal era que nos próximos anos houvesse mais grupos.

O Deputado Diogo Castro falou das várias festas que decorreram no concelho, inclusive a festa dos pescadores e é notável esse trabalho. A noite dos tapetes também correu bem, embora tenha havido um desalinhamento pelo facto de, inicialmente, terem autorizado a que os tapetes fossem feitos na Rua Direita, mas, por questões técnicas, não viria a ser possível. Foi conversado com os responsáveis que não fazia sentido serem lá feitos, porque a rua havia sofrido uma intervenção e a nova calçada ainda não estava impermeabilizada para que pudessem ser feitos esses trabalhos sem que ficasse estragada.

O Deputado Augusto Pinto falou que o lettering em Cristóval tinha ficado muito bem. O senhor Presidente da Câmara partilhou da mesma opinião, e parabenizou o Presidente da Junta e a sua equipa, pelo trabalho realizado. Não falou de custos, porque não sabia de valores, sendo esse assunto da responsabilidade da junta. A respeito do espelho de água, referiu que as coisas têm que ser feitas com a serenidade necessária. Às vezes é preciso deixar “amansar as águas” para que se



encontrem soluções. Estão em negociações entre o autor do projeto e a APA e encontrarão um meio termo de forma a que seja terminado de acordo com o projeto que se pretendia. A ponte está a ser recuperada, uma intervenção que está a ser feita pela mesma empresa que fez a recuperação da igreja de Paderne. Embora não esteja ainda terminada, vale a pena visitá-la.

Sobre as Casas de Fronteira, tão faladas nas últimas Assembleias, o senhor Presidente da Câmara referiu que estão a ultimar as questões formais para brevemente lançarem um concurso público que permita aos privados interessados agarrarem nessas casas para turismo.

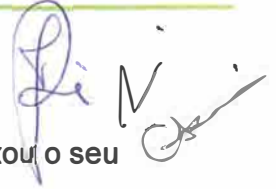
O senhor Deputado José Albano Domingues, referiu aquando da sua intervenção o estado das bermas. As bermas são tratadas uma vez por ano e tem o seu timing. Neste momento já está a ser tratado. Sobre o setor social, como referiu, é dos mais importantes setores do país. É responsável pela qualidade de vidas das famílias, desde a creche até à escola, no caso das crianças; também responsável pelo trabalho com os menos jovens, e o setor da terceira idade é trabalhado de forma consistente no setor social. O estado não consegue fazer esse trabalho e são as IPSS'S e as Misericórdias que o fazem. Também é o setor social o responsável por muitas outras intervenções, mais diferenciadas e alternativas ao clássico da infância e da terceira idade. O setor social em Melgaço, é absolutamente decisivo. E são muitas as provas do trabalho que o município tem feito nesse setor. Uma, por exemplo, é o facto de terem boas instituições e a qualidade das candidaturas apresentadas, que fizeram chegar ao município, através do PARES, cerca de 4 milhões de investimento. Isso fez com que o Centro Social CISAN que se candidatou ao PARES tenha um investimento, estando já em obra avançada. Foi uma organização que há muitos anos dá resposta à zona de montanha e até a população que não é do município, população da Gavieira, e que teve assim possibilidade de melhorar e aumentar os seus serviços. Permitiu que o Centro Social de Castro Laboreiro, Castro Solidário, fizesse uma intervenção que está quase pronta e a ser inaugurada. Quer uma ou outra instituição referidas, têm o compromisso da Câmara Municipal que é o de apoiar a obra. Também a Santa Casa da Misericórdia teve, no âmbito do PARES e agora no PRR, dois grandes projetos: requalificação e ampliação do Lar Pereira de Sousa e ampliação do Cantinho dos Avós. E, também aí, há o compromisso da Câmara Municipal em apoiar essas obras. A APPACDM iniciou recentemente as obras para alargamento no âmbito

residencial. O Presidente esclareceu assim o cuidado da autarquia naquilo que é a resposta social, e o cuidado com as necessidades das instituições que dão essas mesmas respostas.

Sobre a Dona Paterna, presente nessa Assembleia, o apoio que lhe tem sido dado pela autarquia, nos últimos anos, é inegável. A referida associação foi falar com município da possibilidade de terem um novo apoio. As equipas técnicas que estão com esse assunto em mãos, solicitaram à instituição que lhe fizessem chegar mais dados sobre o investimento, que lhes chegou, através de um ofício. A autarquia ainda está à espera desses dados. Não se querendo alargar mais sobre o assunto da Dona Paterna, o senhor Presidente reiterou que estão disponíveis para apoiar todos, reconhecem o valor e a importância de todos, Dona Paterna inclusive, e estão de portas abertas para os apoiar. A questão da propriedade já é um assunto diferente. É verdade que, no âmbito de um financiamento que o Centro Social e Paroquial de Chaviães teve, há uns anos, para se estruturar e fazer obra, o município fez a cedência da antiga escola primária ao Centro Social. Também no âmbito deste financiamento que o CISAN teve para a obra que está a ser feita em Parada do Monte, e a pedido dos mesmos, tiveram a oportunidade de fazer a cedência de uma das antigas escolas de Parada do Monte. Relativamente à Dona Paterna, é verdade que foi realizado o pedido para que a propriedade fosse cedida à Dona Paterna, mas até hoje entendem que não haveria condições para isso. Podem-no fazer, quando as condições estiverem criadas.

O senhor Deputado Manuel Luís Gonçalves falou da apresentação realizada pela professora Dr.^a Fernanda Rodrigues e o senhor Presidente, aproveitou para felicitá-la pelo excelente trabalho, e que, deverá ser acompanhado. Outro assunto referido pelo senhor deputado foram as torres de comunicações. Foi muito importante para a população e conseguiu-se com um enorme esforço e com a parceira Altice, que tem sido extraordinária. Esta empresa já colocou a torre junto à Câmara Municipal, outra em S. Paio, na Gave e mais duas torres nos Ribeiros. A fibra foi esticada para esses territórios o que permitiu que as populações tenham acesso a um conjunto de outros serviços que a fibra permite, além da melhoria das comunicações móveis.

O senhor Deputado Manuel Rodrigues referiu que, na madrugada das marchas do S. João, houve assaltos na vila, nomeadamente num supermercado e num café. Estão informados, e as autoridades estão a tomar todas as diligências para identificar



os envolvidos, nomeadamente, das gravações existentes. O Presidente deixou o seu reconhecimento às autoridades policiais locais, e não só, por esse esforço de fazerem essa identificação e também a prevenção para que não volte a repetir-se.

Já após a resposta do senhor Presidente da Câmara às intervenções dos Deputados no período de “Antes da Ordem do Dia”, solicitou o uso da palavra o deputado José Albano Domingues, referindo que o rol de apoios às instituições, que nessa resposta foi referido, apenas vem reforçar as linhas da intervenção anteriormente por si feitas. Prosseguiu dizendo que tendo o senhor Presidente da Câmara aludido ao programa “PARES”, e aos milhões que traria para as instituições do concelho, sinceramente desconhecia que intervenção poderia a Câmara Municipal ter tido a esse nível, uma vez que se tratou de candidaturas apresentadas pelas próprias instituições, e cuja decisão favorável se deverá, sem dúvidas, à necessidade e premência das obras e ao mérito dos projetos. Quanto à afirmação do senhor Presidente da Câmara, no sentido de que o Executivo está à espera de dados da parte da Associação Dona Paterna em ordem a avaliar a decisão dos apoios que lhe foram pedidos o deputado perguntou se esses “dados” passam ou não pela exigência de três orçamentos para as obras e, em caso afirmativo, se tal exigência também foi colocada às demais instituições de idêntica natureza e que da Câmara receberam apoios. Pediu, finalmente, ao senhor Presidente da Câmara que concretizasse quais as condições a que o mesmo aludiu na sua resposta e que tem de se verificar para que a cedência da antiga escola à Associação seja uma realidade e para quando é que a transmissão será feita.

Respondendo à questão do senhor Deputado José Albano Domingues, o senhor Presidente da Câmara informou que, sobre a exigência, é tão simples como esta: cada uma das organizações que teve financiamento PARES e que teve que fazer o procedimento concursal, esteve sujeito à contratação pública, e, portanto, aqueles a quem a autarquia vai apoiar, foram sujeitos, eles próprios, no processo de contratualização da obra, a fazerem o procedimento no âmbito da contratação pública. Para terem a capacidade de poderem ser financiados, tem que ser respeitado todo o processo de contratualização, e aí estão garantidas todas as exigências que poderiam fazer, como o fazem com as juntas de freguesia relativamente a qualquer intervenção de obra. Nestes casos, são pedidos sempre 3 orçamentos, que é o mínimo exigido e, no caso de não ser obrigatório o procedimento de concurso público, no caso de os



valores serem dispensatórios. Quanto a datas, não vai fazê-lo, o processo tem que ser analisado com frieza e a objetividade que exige.

Já após os esclarecimentos prestados ao perguntado, o Deputado da bancada parlamentar do PSD pediu novamente a palavra para dizer que tem perfeita noção de que no âmbito do programa "PARES", assim como nos apoios às Juntas de Freguesia, existe a necessidade da apresentação de três orçamentos, mas que os apoios concedidos a outras IPSS'S do concelho o foram fora do âmbito desse dito programa. Por nada ter sido respondido acerca das faladas condições para a cedência do edifício da antiga escola à Associação Dona Paterna o deputado José Albano voltou a insistir na questão.


O senhor Presidente da Câmara respondeu que essa será uma conversa que terá que acontecer entre a Câmara Municipal e a organização e não na Assembleia Municipal.

| Assunto n.º2 | Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal |
|-------------------------|---|
|-------------------------|---|

A senhora Presidente da Mesa questionou o senhor Presidente se pretendia acrescentar alguma coisa ao documento enviado aos senhores deputados.

O senhor Presidente da Câmara apenas acrescentou dois momentos relevantes: o primeiro, no dia 11 de julho, onde terão a oportunidade de fazer a inauguração da primeira fase da requalificação da Igreja de Paderne, com a presença do senhor Ministro da Cultura; o segundo, no dia 14 de julho, em que terão também a oportunidade de fazer a inauguração de outro equipamento importante para o Município que é o Solar do Alvarinho.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Mesa passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.




| | |
|-------------------------|---|
| Assunto n.º3 | Análise e deliberação das minutas de contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesias de S. Paio e União de Freguesias de Chaviães e Paços, no âmbito dos Transportes Escolares. |
|-------------------------|---|

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para introduzir o tema.

O senhor Presidente esclareceu que é um assunto que vai à Assembleia todos os anos, aquando da preparação do próximo ano letivo. Lançarão brevemente o concurso para os circuitos especiais de transporte escolar e trazem também a questão dos contratos interadministrativos com as duas juntas de freguesia: União de Freguesias de Chaviães e Paços e Freguesia de S. Paio, para que eles continuem a acautelar os transportes que habitualmente fazem.

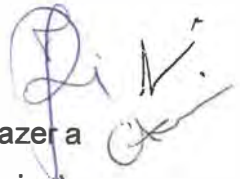
Solicitada a palavra o deputado José Albano Domingues referiu que quanto à matéria em discussão no ponto três da ordem e trabalhos começou por lembrar a questão dos menores custos por quilómetro acaso os trajetos fossem assegurados por privados em vez de pelas Juntas de Freguesia. Afirmou que seria porventura interessante partir para a adjudicação destes circuitos de transportes escolares por via de concurso pública, não por uma questão de falta de transparência, mas antes em ordem a avaliar a possibilidade de reduzir, ou não, tais custos. Acrescentou que no seu entender as incumbências legais das Juntas de Freguesia não passam propriamente pela realização de transportes escolares, para cuja realização se não encontram, de modo específico, vocacionadas. A seu ver a realidade é a de que este tipo de atividade é um refúgio que permite abrigar a necessidade de angariar mais algumas receitas para a execução do orçamento dessas Autarquias. Afirmou que importa reforçar as verbas transferidas do orçamento municipal para as Freguesias, para que a realização de transportes não seja uma necessidade, e terminou afirmando que os deputados da sua bancada assumem, de forma frontal, que se um dia forem governo na Câmara esse reforço de verbas será uma realidade. O Deputado José Albano finalizou esta sua intervenção dizendo que não iriam votar contra esta



deliberação, mas que pelas razões expostas o seu sentido de voto passaria pela abstenção.

O senhor Presidente respondeu dizendo que os transportes escolares têm três formas de serem realizados. A primeira é através da utilização dos próprios meios da autarquia, e, portanto, têm autocarros que fazem um conjunto de circuitos. Uma segunda via é com o apoio das duas juntas de freguesia, porque são as duas juntas que têm condições para fazerem esse trabalho, e é feita essa contratualização com todo o gosto. Não estão com isso a dar às juntas de freguesia uma grande vantagem económica. O que permite é que as juntas de freguesia sejam parte da solução, quando falam de transportes escolares. Salienta-se que pagam às juntas de freguesia com base no preço médio por quilómetro que foi estabelecido no ano passado. Não há nenhum favorecimento nem interesse. A terceira forma de fazerem os transportes escolares é fazerem a realização de um concurso público para um conjunto de itinerários, que não ficam satisfeitos nem pela primeira forma de fazer transporte, que é com os equipamentos da autarquia, nem com as juntas de freguesia referidas. Lançam esse concurso todos os anos para que concorram as entidades que entenderem, com transparência e clareza.

Não querendo fazer considerações, mas o arrazoado que fez sobre a transferência ou não transferência de valor para as freguesias, arrebate-o de uma forma muito simples: primeiro, fizeram há uns anos, a transferência de competências para as freguesias, e a Câmara Municipal todos os meses, retira uma parte do financiamento e atribui às juntas para uma competência concreta que é a limpeza de bermas. E, são as juntas de freguesia que todos os meses recebem esse valor que era recebido até ali pela Câmara. Depois, tem em consideração quais são as necessidades das freguesias que precisam de investimento, e quando precisam, dentro das capacidades da autarquia, estão dispostos a ajudar. Como exemplo referiu as Juntas de freguesia de: Cristóval que recebeu recentemente um valor que lhes garantiu fazer a requalificação da zona baixa da sua junta, criando condições para um espaço de convívio com cozinha, a construção de duas casas de banho junto a esse espaço, a construção de uma casa mortuária no valor de 156.000 euros; a junta de Paderne recebeu ajuda da Câmara Municipal que transferiu 400.000 euros para que fosse possível fazer a ampliação do cemitério, e com isso criar condições para que



fosse feita a intervenção na igreja de Paderne; Penso teve a oportunidade de fazer a construção da sua junta de freguesia e da casa mortuária, através da transferência da autarquia. Portanto, referiu o senhor Presidente, não digam que não têm tido em consideração as juntas de freguesia.

Já após a resposta do senhor Presidente da Câmara à intervenção do deputado José Albano Domingues, e tendo em conta o que pelo líder do Executivo afirmado nessa resposta, solicitou o uso da palavra pedindo que não lhe atribuam insinuações que por ele não foram levantadas, lembrando que em momento algum, na sua intervenção, havia falado em “favorecimentos” das Juntas em questão, em falta de transparência ou na falta de critérios para a adjudicação dos transportes escolares, o que nunca sequer havia sido posto em causa. Acrescentou que desde há anos que os deputados da bancada que representa vêm defendendo até que as mais-valias que poderiam resultar da redução dos custos acaso os transportes fossem realizados por privados, fossem alocadas às Juntas de Freguesia de Chaviães e Paços e à de São Paio. Quanto ao facto, referido pelo senhor Presidente da Câmara, da transferência de verbas para as Juntas, o deputado lembrou que se tal acontece é porque as Juntas também fazem trabalho que caberia à própria Câmara Municipal assegurar, como é o caso das limpezas nas estradas que são municipais. Finalmente, aludindo às obras referenciadas pelo senhor Presidente como apenas possíveis porque a Câmara assegura o seu pagamento, como é o caso do cemitério da freguesia de Paderne, o deputado José Albano afirmou que só faltaria que tais obras se não realizassem porque as Juntas não têm verbas próprias e a Câmara não cumpre com o dever das transferências ou com os pagamentos para esse fim, levando a que, em função disso, não tivéssemos onde sepultar os nossos mortos.

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto. Foi aprovado por maioria, com 8 abstenções do grupo parlamentar do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.




| | |
|-------------------------|---|
| Assunto n.º4 | Análise e deliberação da proposta de Regulamento Municipal das Zonas Empresariais de Melgaço |
|-------------------------|---|

A senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para abordar este ponto da ordem de trabalhos.

O senhor Presidente da Câmara informou que aproveitando o facto de estar praticamente terminada a primeira fase da nova Zona Empresarial de Alvaredo, fizeram um regulamento que juntasse os dois espaços empresariais: Zona Industrial de Penso e Zona Empresarial de Alvaredo. Depois de devidamente discutido, quer pelas equipas da autarquia, quer com a CCDRN, visto que foi um financiamento comunitário, trouxeram esse assunto para ser discutido e aprovado.

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, pediu a palavra o senhor deputado José Albano Domingues.

Neste concreto assunto da ordem do dia o deputado José Albano Domingues afirmou que este Regulamento é, de facto, necessário, e louvou o trabalho que esteve presente na sua elaboração. Disse que se quisermos pensar numa Zona Empresarial ou Industrial ativa e funcional temos de, previamente, ver escritos os critérios definidores e auxiliares na decisão da atribuição dos lotes que venham a ser postos em concurso. Adiantou concordarem com os critérios plasmados no documento, entre os quais a criação líquida de postos de trabalho, o critério da inovação tecnológica, a autonomia e a sustentabilidade financeira do projeto e da empresa, assim como a majoração prevista para as situações em que os postos de trabalho a criar sejam assegurados por mão-de-obra qualificada e com remuneração acima da média, porquanto, como já tiveram a oportunidade de defender, não acreditam que haja deslocalização de mão-de-obra, para vir trabalhar para Melgaço, a troco de valores condizentes com o do salário mínimo nacional. Prosseguiu dizendo que já não concordam com as previsões postas no Regulamento, no sentido de que quando haja exceções à regra, ou se encontre sobre a mesa a admissão de empresas que não cumpram os critérios estabelecidos, seja a figura do Presidente da Câmara a decidir pela aceitação desses desvios, uma vez que entendem que tal decisão terá de passar pelo Executivo camarário, enquanto órgão colegial, e que os preocupa que a



majoração prevista no Regulamento, de tão só 10%, possa não ser suficiente para que as empresas que já se apresentaram ao Município como interessadas em ficar com alguns dos lotes, manifestação de interesse em função da qual a empreitada foi reformulada e os lotes redimensionadas, venham a ser as vencedoras no concurso para a atribuição desses mesmos lotes, o que colocaria um sério problema, decorrente dessa vocacionada reestruturação ou redimensionação. O deputado José Albano finalizou esta sua intervenção sublinhando que não põem de parte a futura alteração do Regulamento, acaso a realidade prática o venha, num ou noutro ponto, a reclamar.

O senhor Presidente respondeu que, o regulamento foi amplamente discutido e preparado com critério. Relativamente ao problema que o deputado José Albano levantou de as empresas que manifestaram interesse em se instalarem em Melgaço, poderem não ganhar o concurso, o estabelecido no regulamento foi aquilo que consideraram adequado, juntamente com a CCDRN. Trata-se de uma majoração que permite às empresas posicionarem-se de forma privilegiada, relativamente às outras empresas que, até ao momento, não manifestaram a sua vontade de vir para Melgaço, e portanto, será com esse conforto que, de futuro, depois desse regulamento aprovado e de ser feito o registo do loteamento da Zona Empresarial, lançaremos o concurso para os lotes que a referida Zona tem.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a presidente da mesa colocou o assunto a votação. Foi aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

| | |
|-------------------------|---|
| Assunto n.º5 | Análise e deliberação da proposta de alteração aos Estatutos da Sociedade Quintas de Melgaço, S.A. |
|-------------------------|---|

A senhora Presidente da Mesa, pediu ao senhor Presidente da Câmara que fizesse uma pequena apresentação do documento que foi enviado aos senhores deputados.

O senhor Presidente da Câmara informou que, decorrendo da lei e de um trabalho que está a ser feito mais estruturado, relativamente às Quintas de Melgaço,

e juntamente com a sua administração, acharam que era importante fazer essa ligeira alteração, ou seja, que nos estatutos fique claro que as ações detidas pelos sócios da Quintas de Melgaço, sejam ações nominativas e não ao portador. Foi essa alteração que trouxeram a votação, a do artigo 7.º no seu primeiro ponto.

A senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado José Albano Domingues. A respeito deste assunto, no uso da palavra que lhe foi concedida, o deputado José Albano Domingues realçou estarmos perante uma atualização que decorre de uma alteração legislativa, concretamente da Lei nº 15/2017, de 3 de maio, no sentido de que as sociedades anónimas não podem ter o seu capital social distribuído em ações ao portador mas antes e apenas em ações nominativas. Sublinhou que apesar de os Estatutos se não encontrarem atualizados a “Quintas de Melgaço” não tem estado a incumprir a lei e tal porquanto todas as ações em que se distribui o seu capital social são ações nominativas. O deputado deixou apenas uma ressalva, que disse corresponder à sua visão pessoal, no sentido de que entendia que esta alteração deveria ser discutida primeiramente pelos próprios acionistas, reunidos em Assembleia Geral da Sociedade, e somente depois vir a discussão e deliberação nas reuniões da Câmara e da Assembleia Municipal (e não o contrário, como está a acontecer).

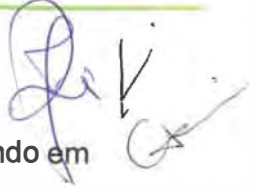
Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Mesa colocou o assunto a votação. Foi aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

| | |
|--------------------------|---|
| Assunto n.º 6 | Análise e deliberação da segunda alteração ao Mapa de Pessoal 2023 |
|--------------------------|---|

A senhora Presidente da Mesa, solicitou ao senhor Presidente da Câmara que fizesse uma pequena apresentação do documento que foi enviado aos senhores deputados.

O senhor Presidente referiu que o mapa de pessoal teve necessidade de ter alguns ajustamentos. Na área da ação social, a criação de um lugar de efetivo superior



no serviço social, que está amplamente justificado no documento, sobretudo tendo em consideração o facto de terem recebido recompensas nessa matéria. A outra alteração proposta, foi o ajustamento do perfil, na mesma divisão, de alguém para trabalhar no arquivo, na reserva do museu Jean Loup Passek, pois precisa de uma grande intervenção do ponto de vista de catalogação.

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara e acerca deste ponto o deputado José Albano Domingues afirmou que esta alteração já deveria ter sido aprovada aquando da aprovação do orçamento para o corrente ano de 2023. Justificou esta sua afirmação com o facto de a criação de um novo lugar no quadro de pessoal o ser no setor social e vir justificada com o aumento do serviço relacionadamente com a transferência de competências da tutela ou do governo central para o Município de Melgaço, mas que essa assunção de competências não aconteceu no corrente ano de 2023, antes já no de 2021, ou, quando muito, em 2022. Referiu, por outro lado, que esta alteração ao mapa de pessoal implicará necessariamente uma alteração orçamental, para cabimentação das verbas necessárias ao pagamento dos créditos laborais de quem venha a ocupar o cargo, acaso tal venha a ocorrer no curto prazo.

O senhor Presidente da Câmara respondeu que a questão orçamental não passará pela necessidade de uma revisão, mas por uma simples alteração. Felizmente não têm feito grandes intervenções no quadro de pessoal ao longo dos anos. Faz -se esse exercício na altura do orçamento, de acordo com aquilo que são as necessidades pois, por vezes, é necessário realizar pequenos ajustamentos, que foi o que aconteceu neste caso em concreto.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Mesa colocou o assunto a votação. Foi aprovado por maioria, com 8 abstenções do grupo parlamentar do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

| | |
|-------------------------|---|
| Assunto n.º7 | Análise e deliberação da proposta de adjudicação da aquisição de serviços para Certificação por auditor externo das contas dos anos económicos 2023/2024 DO Município de Melgaço |
|-------------------------|---|

A senhora Presidente da Mesa, solicitou ao senhor Presidente da Câmara que apresentasse o documento que foi enviado aos senhores deputados.

O senhor Presidente da Câmara disse que todos os anos, ou para cada biénio precisam de contratualizar o ROC. Trabalham com o mesmo ROC desde que o anterior faleceu, e estão satisfeitos com o seu trabalho, portanto propõem a mesma pessoa para essa função, para o próximo biénio.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Mesa colocou o assunto a votação. Foi aprovado por maioria, com 8 abstenções do grupo parlamentar do PSD.

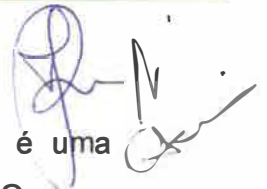
Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

| | |
|-------------------------|--|
| Assunto n.º8 | Análise e deliberação dos documentos de Prestação de Contas Consolidada de 2022 |
|-------------------------|--|

A senhora Presidente da Mesa, solicitou ao senhor Presidente da Câmara que informasse a Assembleia sobre a prestação de contas que foi enviada aos senhores deputados.

O senhor Presidente informou que por imposição legal, foi apresentada a consolidação de contas. Fizeram a apresentação das contas da Câmara Municipal de forma mais detalhada e agora querem fazer a consolidação de contas com as empresas Quintas de Melgaço, Cura Aque e Melsport. E é esse documento que está em análise na Assembleia.

Pedi a palavra para este ponto da ordem de trabalhos, o senhor deputado Pedro Silva que iniciou a sua intervenção cumprimentando toda a Assembleia. Referiu



que a apresentação deste documento não é uma imposição legal, mas é uma oportunidade para os deputados verem as contas das empresas municipais. O grupo empresarial do Município constitui um ativo valioso para os Melgacenses e que deve ser respeitado com as melhores opções de gestão e da sua promoção para ter uma vida empresarial sadia e um rumo e futuro estável e consolidado.

As empresas municipais devem se justificar na busca dos padrões de eficiência alcançado pelas empresas privadas, todavia sem perder de vista a missão pública a qual estão obrigadas. Como se trata de facto de 3 empresas estratégicas para a promoção do território, não se deve permitir que se descure a sua sustentabilidade per si ou se coloque a sua existência a médio/longo prazo numa incerteza que nada beneficiaria os munícipes melgacenses que nelas investem há muitos anos.

A apresentação das contas consolidadas do grupo empresarial municipal permite-nos ter a clareza do estado das contas municipais de forma alargada neste universo empresarial. E este ano o que conseguimos ver que há uma serie de rácios que se degradaram significativamente de um ano para o outro, ao nível da Autonomia Financeira, Solvabilidade, Endividamento, Custo com pessoal, etc; há um aumento considerável do passivo não corrente - com origem no município e não nas empresas municipais e nomeadamente nas dividas a fornecedores; há duas empresas que continuam a ter uma fragilidade apresentada: a Melsport e a Curae Aquae.

Quanto a Melsport: continua a ter uma dependência exagerada do seu acionista – o município, pois vive de subsídios à exploração e de faturação de serviços a este mesmo Município. Tem conseguido atrair e organizar eventos relevantes, mas que têm que começar a ter impacto no equilíbrio orçamental das contas. Caso contrário serão os munícipes a financiar e investir nestes eventos. Teve bom aumento das vendas, mas a apresentação das contas não nos permitem destrinçar a origem deste aumento e em que área de negócio se concretizou. Seria possível, o senhor Presidente, fornecer-lhes esse detalhe?

O ROC releva ainda a necessidade de implementação de um subsistema de contabilidade orçamental que visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. Têm previsão da implementação desta exigência?

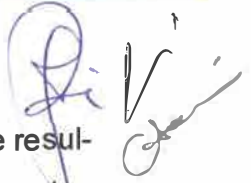
No que concerne à empresa Curae Aquae: as Termas de Melgaço, ano após ano, continuam numa situação "anorética", com funcionamento intermitente e sem conseguirem potenciar a sua atividade termal e turística. Mais um ano passado, e mais

um ano de prejuízos, com o parceiro privado a continuar a injetar capital para cobrir esses prejuízos. Até quando é que será sustentável tal situação para qualquer parceiro privado que tenha esta parceria com o Município?

Outro aspeto que os preocupa é o estado das instalações e a degradação das mesmas. Há perspectivas de obras e melhorias nas mesmas? Corremos o risco de vir a ter um hotel novo e umas termas velhas? Continua a empresa numa situação de obrigatoriedade de dissolução, conforme relatório do ROC?

E, para concluir a sua intervenção, o deputado referiu que há uma situação contabilística que lhe custa perceber e que vem já desde o tempo dos “Pinto da Costa”, que é a inscrição no passivo de uma dívida, que nessa altura era um pouco maior que 1 milhão de euros, e que neste momento é de 835 mil euros ao parceiro privado. É referido que estes suprimentos não serão pagos em 2022. Mas são ou não exigíveis pelo parceiro privado? Este valor tem descido ao longo dos anos, tem havido algum pagamento desta dívida? Se não tem, com que mecanismo se tem feito este abatimento?

O senhor Presidente da Câmara respondeu ao senhor deputado dizendo que sobre a questão da Melsport, no ano que passou, estiveram a fazer um aumento considerável de receitas, na ordem dos 20%. Foi um ano excelente nas piscinas exteriores, juntamente com um conjunto de faturação no próprio centro de estágios, nomeadamente, serviços de ginásio e outros serviços prestados. Este ano continua a crescer a faturação. Têm as piscinas cobertas a funcionar desde fevereiro, aumenta a faturação, o que não significa que os resultados tivessem melhorado muito, porque com o aumento da faturação aumenta também a despesa correspondente, como é o caso dos consumos energéticos e mais um conjunto de outras despesas que vem a somar a própria faturação. Mas, importa ressaltar que as piscinas cobertas são um grande serviço social. As pessoas precisavam dessa resposta, que acontece agora com as piscinas requalificadas. Não vão ter lucro com as piscinas interiores, porque o balanço receita/despesa não será propriamente favorável e deverá haver consciência disso, pois, para haver receita teriam que ter um volume de faturação com muitos mais clientes do que aqueles que estão inscritos. As coisas são claras e transparentes. Não tem dúvida é que é uma grande resposta para a população de Melgaço e dos municípios vizinhos espanhóis. O trabalho é importante, a resposta é importante e a



necessidade de fazer os eventos é importante. Mesmo que não deixem grande resultado do lado dos ativos, são fundamentais para o território. É importante fazer contas do que deixam no território, nomeadamente, nos eventos realizados a partir do centro de estágios. Não deixam muito dinheiro no centro de estágios, mas deixam no território com alojamento, restauração e comércio em geral.

A Cura-Aquae continua a dar prejuízo, ano após ano, e o facto de um parceiro privado continuar a acreditar que as termas podem ser importantes, é bom para o município. Uma vénia para o parceiro privado que desde 2019 assumiu as termas, e que todos os anos tem tido necessidade de injetar capital para suportar as contas, não tendo a Câmara Municipal nenhuma despesa. Esse parceiro está agora a fazer um financiamento do ponto de vista energético, com a colocação de painéis voltaicos e bombas de calor, para que sejam mais sustentáveis. A manutenção, poderá não ser a ideal, mas procura manter as termas com qualidade. Com o hotel que irá acontecer ali, e mais um conjunto de outras respostas que virão, o parceiro privado acredita que possa fazer destas termas apetecíveis do ponto de vista do negócio.

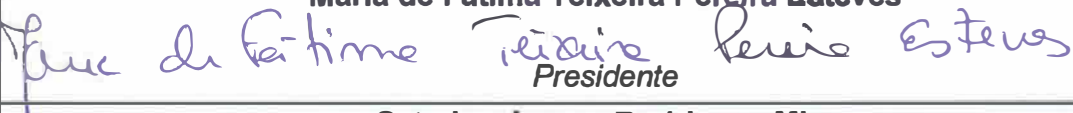


Relativamente às Quintas de Melgaço, estão no bom caminho, sem que a Câmara Municipal tenha colocado algum valor. Estão a fazer um percurso interessante, importante para o território, com a valorização que tem feito dos vinhos de Melgaço, e a marca Quintas de Melgaço, sendo hoje uma grande referência a nível nacional e não só. A aposta nessa empresa é criar condições para que possa fazer um percurso de excelência, do ponto de vista económico.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Mesa colocou o assunto a votação. Foi aprovado por maioria, com 8 votos contra, do grupo parlamentar do PSD, com a apresentação de declaração de voto de ambas as bancadas parlamentares.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

| | |
|------------------------|-------------------------------|
| Assunto n.º9 | Intervenção do Público |
|------------------------|-------------------------------|

Não houve intervenção do público.

| |
|--|
| <p>E, nada mais havendo a tratar, quando eram vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos, foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Assembleia, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.</p> |
| <p>Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves  Presidente</p> |
| <p>Catarina Aurora Rodrigues Mira  1.ª Secretária da Mesa da Assembleia</p> |
| <p>António Nabeiro  2.º Secretário da Mesa da Assembleia</p> |

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO
QUANTO AO ASSUNTO Nº “8” DA “ORDEM DE TRABALHOS” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE
30/06/2023

“Análise e deliberação dos documentos de Prestação de Contas Consolidadas de 2022”

O grupo empresarial do Município constitui um ativo valioso para os Melgacenses e que deve ser respeitado com as melhores opções de gestão e de promoção, para ter uma vida empresarial sadia e um rumo e futuro estável e consolidado.

As empresas locais devem-se nortear pela busca dos mesmos padrões de eficiência e excelência que são visados e alcançados pelas empresas do setor privado, todavia sem perder de vista a missão pública para que estão vocacionadas.

Como estamos perante três empresas estratégicas para a promoção do território (a “Melsport”, a “Quintas de Melgaço” e a “Cura Aquae”) não se deve permitir que se descure a sua sustentabilidade de *per si*, ou se coloque a sua existência a médio/longo prazo numa incerteza que nada beneficiaria os munícipes melgacenses que nelas investem há muitos anos.

A apresentação das contas consolidadas do grupo empresarial municipal permite-nos ter a clareza do estado das contas municipais de forma alargada, e não é uma mera imposição legal que obriga à publicidade das contas.

E este ano o que conseguimos ver:

- Há uma serie de rácios económico-financeiros que se degradaram significativamente de um ano para o outro, ao nível da Autonomia Financeira, Solvabilidade, Endividamento, Custos com pessoal, etc...
- Há um aumento considerável do passivo não corrente – com origem nas contas município e não nas empresas municipais, com um grande peso no aumento das dívidas a fornecedores.
- Há duas empresas que continuam a ter uma enorme fragilidade apresentada nestas contas: A “Melsport” e a “Cura Aquae”.

Sobre a “Melsport”:

- Continua a ter uma dependência exagerada do seu acionista maioritário – o Município, pois vive de subsídios à exploração e de faturação de serviços a este mesmo Município.
- Tem conseguido atrair e organizar eventos relevantes, mas que têm de começar a ter impacto no equilíbrio orçamental das contas. Caso contrário serão os munícipes a financiar e investir nestes eventos.
- A “Melsport” registou um bom aumento das vendas. Mas as apresentações das contas não nos permitem destrinçar a origem deste aumento. Em que área de negócio se concretizou?
- O ROC releva ainda a necessidade de implementação de um subsistema de contabilidade orçamental que visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental.

Sobre a “Cura Aquae”:

- As Termas de Melgaço ano após anos continuam numa situação “anorética”, com funcionamento intermitente e sem conseguirem potenciar a sua atividade termal e turística.
- Mais um ano passado, e mais um ano de prejuízos, com o parceiro privado a continuar a ter de injetar capital para cobrir esses prejuízos. Até quando é que será sustentável tal situação para qualquer parceiro privado que tenha esta parceria com o Município? Quando se esgotará a paciência (ou os fundos) com esta situação?
- Outro aspecto que nos preocupa é o do estado das instalações e a degradação que se vê nas mesmas. Há perspectivas de obras e melhorias? Ou corremos o risco de vir a ter um hotel novo e umas termas velhas?
- A empresa continua numa situação de obrigatoriedade (legal) de dissolução, conforme relatório do ROC.
- Constatamos na “Cura Aquae” uma situação contabilística que nos custa a perceber e que vem já desde o tempo dos “Pinto da Costa”, e que é a inscrição no passivo de uma dívida ao parceiro privado, que nessa altura era um pouco maior do que um milhão de euros, e que neste momento é de 835 mil euros. É referido no relatório de gestão que estes suprimentos não serão pagos em 2022. Mas são ou não exigíveis pelo parceiro privado? Este valor tem descido ao longo dos anos, tem havido algum pagamento desta dívida? Se o não tem sido com que mecanismo se tem feito este abatimento?

Pelo apresentado, o nosso voto só poderia ser contra a aprovação das contas apresentadas e votas na Assembleia Municipal de Melgaço.

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Melgaço.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

**Assunto nº 08 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 30 de Junho de 2023:
“Prestação de Contas Consolidadas 2022”**

O Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente o assunto em questão.

Dado tratar-se de um documento essencialmente contabilístico foram essenciais para a nossa bancada os pareceres técnicos emitidos pelos auditores em relação ao documento em geral e em relação aos documentos apresentados por cada uma das entidades (Quintas de Melgaço / Melsport / Cura Aquae).

Segundo os referidos pareceres as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais a posição financeira do Município de Melgaço em 31 de Dezembro de 2022, bem como o seu desempenho financeiro, de acordo com os princípios contabilísticos previstos no Pocal.

Sem dúvida que o documento apresentado dá uma uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo umas avaliação integrada das atividades desenvolvidas.

Melgaço, 30 de Junho de 2023

O Grupo do Partido Socialista